

Lúcia Soares da Silva – Faculdade Campos Elíseos - FCE.

Violência Contra a Mulher e Programas Televisivos

Resumo:

Este trabalho pretende problematizar de que maneira programas televisivos de entretenimento matutino, vespertino ou noturno, assim como programas policiais têm abordado a questão da violência contra a mulher.

Como produtora de verdade, a televisão pretende informar e opinar sobre a vida dos indivíduos, do seu cotidiano, das suas práticas sociais, principalmente quando exploram seus anseios por meio de reportagens, documentários, séries e denúncias midiáticas, acaba por produzir outras subjetividades, sua pretensão é educar e moldar o telespectador.

Nos últimos anos, temos visto uma guinada de programas, reportagens e debates que denunciam a violência contra a mulher sob o aspecto de violência física, sexual e psicológica, com o argumento de prestação de serviço à população.

A televisão está hoje dividida e direciona para cada um e para todos por estar acoplada à Internet. Com sondagens e medindo constantemente a audiência, ajustando o discurso de conscientização, educação, denúncia e prestação de serviço, a televisão tem se dedicado à temática das mulheres violentadas, especialmente no que se refere ao feminicídio.

O mote visibilidade da violência contra a mulher convoca os telespectadores a participar, colaborar e compartilhar sua opinião, ao exercer sua cidadania perante o governo de condutas televisiva que tem como intuito ensinar-lhes a governar a si próprio.

De maneira didática, programas como “Encontro com Fátima Bernardes” da Rede Globo de Televisão, em 27 de março de 2017, 15 de novembro de 2018 e 07 de janeiro de 2019, abordou o tema de assédio sexual e violência contra a mulher. O “Programa Bem Estar”, da mesma emissora, aproveitou em 8 de março de 2019, na comemoração do Dia Internacional da Mulher para tratar de feminicídio. Já o programa policial “Brasil Urgente” da Rede Bandeirantes de Televisão faz matérias recorrentes sobre mulheres violentadas e assassinadas. Outras emissoras da TV Aberta não ficam atrás, o policial “Cidade Alerta” da Rede Record TV ou “Super Pop” da Rede TV!

Tudo o que acontece passa pela televisão, inclusive a violência contra a mulher, no entanto, se há espaço definido para as denúncias, o mesmo não se pode dizer em relação à certeza da punição dos agressores.

Mídias e Sociedade de Controle

A sociedade de controle é a sociedade da comunicação simultânea e instantânea e do controle contínuo (Deleuze, 2000). As instituições disciplinares com seus dispositivos de vigilância e controle, a partir da segunda metade do século XX constituíram modelos e adaptações ao controle “a céu aberto”, no qual as mídias, principalmente a televisão e a Internet exercem um papel preponderante. No regime do controle contínuo, o indivíduo é convocado a aderir à democracia midiática para participar da vida social enquanto cidadão.

Os veículos de comunicação foram afetados pelas novas tecnologias da comunicação e redes digitais, isto se estendeu a diversos setores da sociedade e o indivíduo não se encontra inerte a este processo, ao contrário, adere a estas tecnologias, participando diretamente da disseminação dos seus efeitos sobre as relações sociais dos grupos e dos demais indivíduos na sociedade.

O Estado assimilou rapidamente o novo sistema produzido pelas mídias e as tecnologias da comunicação ao implementar uma “democracia midiática”, na qual todo indivíduo possa ser incitado a participar por meio da opinião pública, das sondagens, das colaborações compartilhadas em redes sociais.

Na sociedade de controle a palavra de ordem da mídia, sobretudo, da televisão é a participação. A mídia analisa de que maneira pode-se capturar o telespectador-cidadão-consumidor, instituindo uma percepção de familiaridade e individualidade, mas sempre se dirigindo ao coletivo. Segundo Passetti (2003), na democracia midiática o telespectador não é mais o receptor passivo, manipulado e dócil, ele é participativo e dinâmico. O telespectador é persuadido e seduzido o tempo todo numa operação de mão dupla, porque é parte interessada nos jogos de manipulação propostos pelos programas televisivos.

Enzensberger (2003, p. 35-36), observou que “não existem escrita, filmagem e exibição não manipuladas. Dessa forma a questão não é se as mídias são manipuladas ou não, mas quem as manipula. Um esboço revolucionário não deve fazer desaparecer os manipuladores. Deve, ao contrário, transformar cada um de nós em manipulador”.

Como viver sem a televisão? Pessoas em casa, nas ruas, nos ônibus, trens, metrô, carros, respondem automaticamente aos apresentadores como se estivessem falando sozinhas, mas não estão; a televisão é companheira para as 24 horas do dia. Interagir significa também *seguir, ficar ligado na tela, de olho*, enviar mensagens, participar de fóruns de discussão deixando registrado algum comentário, assistir partes de um programa editado no Youtube e plataformas de streaming. Assistir o programa em partes ou integralmente nos portais das emissoras, opinar no WhatsApp, acessar os blogs, seguir no Instagram, Twitter, Flickr ou Facebook dos apresentadores e apresentadoras, dos comentaristas esportivos, dos autores de novelas, dos repórteres especiais, dos artistas de uma maneira em geral, tudo faz parte do *continuum* permanente.

A televisão atual não cessa, ao contrário, tem investido em plataformas de streaming *on demand*, disponibilizando filmes, documentários, novelas, séries, minisséries, telejornais e diversos programas de entretenimento. A Rede Globo de Televisão investe desde 2015 em sua plataforma digital conhecida como Globoplay, ali são disponibilizadas séries e minisséries com antecedência de estreia ao Canal Aberto, ou o telespectador-consumidor pode assistir *on line*, rever telejornais, novelas e programas de entretenimento. Já a RecordTV pertencente ao Grupo Record do Bispo Edir Macedo, implementou a Playplus desde 2018, com o lema “*vídeos, rádios, podcasts para você curtir como quiser!*”, anunciou que o “futuro chegou” com programas de jornalismo, dramaturgia, entretenimento e esportes.

Governo das Condutas

Na década de 1950 a televisão brasileira deu seus primeiros passos, tendo como alvo preferencial a família. Todavia, foi com a Ditadura Civil-Militar que um

redimensionamento da televisão brasileira ocorreu em território nacional, tendo como objetivo atingir a maior parte da população.

Os militares precisaram da televisão para seu programa de integração nacional com segurança; para administrar o território e a população brasileira e obter apoio incondicional da maioria que resultou numa polícia das famílias por meios dos programas televisivos. Era imprescindível que pais e mães aprendessem a governar a sua família e o bom exemplo viria do Estado. Cabia à televisão mostrar diariamente como o regime, fosse militar, democrático ou autoritário, fazia “o bom governo do Estado repercutir até na conduta dos indivíduos ou na gestão das famílias” (Foucault, 2008, p. 126).

É neste período que as emissoras de televisão começam a esboçar o que viria a ser a “prestação de serviços” à sociedade, um dos produtos foi o telejornal “Jornal Nacional”, estendendo-se também a telenovelas, programas de entretenimento e variedades, para a integração nacional e colaboração com a “gestão geral” do regime militar sobre a população e o território.

Os programas femininos de entretenimento e variedades também tiveram seu papel de destaque. Em sua maioria apresentados por mulheres, sempre exploraram uma via de acesso do governo das condutas por meio da mulher, como governo das famílias. O propósito destes programas não é apenas entreter e informar; mas conscientizar, julgar, ensinar, aconselhar e por fim moralizar por meio de reportagens, entrevistas, debates, discussões, temas das atrações e quadros específicos.

A partir da abertura política e redemocratização, a televisão vai se transformar no veículo privilegiado de participação, produzindo com seus fluxos de transmissões o governo das famílias, ao assumir o papel central na sala de estar, ao projetar relações de poder nas quais todos olham para uma única tela. Hoje, encontra-se por toda a parte, se disseminou e se diversificou no intuito de ampliar os dispositivos de participação, o que significa estar em qualquer lugar, na mão ou no caminho de cada um para transmitir, formar, informar e ser formada por todos.

Nos dias atuais a televisão se propõe a educar e promover o exercício da cidadania. Seu papel não seria apenas entreter e informar, mas operar sobre as subjetividades do telespectador-cidadão, educá-lo, moldá-lo desde a infância, acompanhá-lo na sua juventude e fase adulta, fazer-lhe companhia na velhice, de acordo com “as exigências de

uma sociedade de controle que investe em potencialidades, em produtividade virtual” (Passetti, 2003, p. 83).

Publicização e Visibilidade Midiática das Mulheres Violentadas

Muito antes da televisão, outros veículos de comunicação como jornal e rádio, narraram os chamados *crimes de honra*, tão comuns e praticados por homens em todo país, ao assassinares suas mulheres, fossem esposas, companheiras e amantes. Para lavar sua honra, os homens enxergavam – por vezes ainda enxergam – as mulheres como sua propriedade e entendiam que suas vidas; seus corpos de nada valiam se não lhes pertenciam, assim, justificava-se matar (Silva, 2011).

Das mulheres a sociedade em todo tempo exigiu sua retidão, uma conduta moral exímia, a representação do papel de mãe zelosa e cuidadosa, esposa-mãe atenciosa no casamento e com sua família. Casada ou solteira, cabe à mulher não se corromper, não se degenerar para não “cair em desgraça”. Se errar é preciso reparar o erro, para se tornar novamente uma mulher digna e normal no convívio social. A ótica da violência perpetrada contra as mulheres transcorria um valor moral sobre sua conduta (Idem).

Segundo Silva (2011), na década de 1960 casos de mortes e estupros repercutiam com destaque na mídia impressa e nos telejornais. Entretanto, o primeiro programa feminino a debater a questão da violência contra a mulher foi o “TV Mulher” no início dos anos 1980. É nesta década que o movimento feminista se articulou e lutou para interceptar as mortes de mulheres. Denunciaram o descaso do tratamento policial que mulheres violentadas sofriam em delegacias. As reclamações eram sobre o atendimento policial e do atendimento jurídico. Rotineiramente, os policiais menosprezavam estas mulheres e não queriam registrar boletim de ocorrência.

Sendo assim, era preciso mudar a mentalidade destes policiais, mas também ter um espaço com atendimento diferenciado. As providências em termos de políticas sociais foram concretizadas em 1985 com a implementação da Primeira Delegacia de Defesa da Mulher, com uma equipe composta apenas por mulheres, sob liderança da delegada Rosmary Corrêa. A repercussão nos veículos de comunicação foi imediata. No primeiro

dia de atendimento obteve cobertura de jornais e telejornais ao entrevistarem mulheres violentadas e a delegada Corrêa. A partir de então se inicia a visibilidade midiática do enfrentamento da violência contra a mulher.

Apesar da disseminação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) por todo o território nacional, da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha e da Lei 13.104/15, denominada Lei do Feminicídio, todo um conjunto de políticas sociais e legislação com a premissa de proteger as mulheres de qualquer tipo de violência que venha de parceiros, parentes ou até desconhecidos, o aumento das denúncias de violência contra a mulher não cessam e ganharam um redimensionamento midiático atual.

Contudo, pesquisas atuais mostram um aumento da violência contra a mulher. De acordo com o Atlas da Violência 2019, organizado e publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve um “crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior” (2019, p. 35).

Outro ponto ressaltado pelo Atlas da Violência 2019, se refere à desigualdade racial. Os dados comprovam que as mulheres negras são mais violentadas que outras mulheres. “A desigualdade racial pode ser vista também quando verificamos a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência letal: 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017. O crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação com as não negras evidencia a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas” (IPEA/FBSP, 2019). Isto corrobora o que pesquisas anteriores mostram em relação ao racismo e violência, as mulheres negras continuam sendo a maioria das vítimas de homicídio no Brasil. Os grandes jornais como Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e portais como o G1, divulgaram esses dados em suas matérias, mas isso não se expressa em programas de variedades e sensacionalistas.

O programa *Encontro com Fátima Bernardes* nos últimos dois anos abordou o tema de assédio sexual e violência contra a mulher por três vezes. No programa exibido no dia 19 de fevereiro de 2019¹, a apresentadora convoca seus convidados e as “pessoas

¹ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7393544/>> Acesso: 30 de jun. de 2019.

de bem” para discutirem e refletirem sobre o feminicídio. No sofá, além de artistas convidados, estava presente uma promotora de justiça que discursou esbravejando sobre a necessidade de se ter “um pacote anticrimes de violência contra a mulher”, por sua vez, Fátima Bernardes havia conclamado a sociedade a proteger as mulheres, a denunciar os agressores para se fazer justiça.

Enquanto não era quadro dentro do programa *Encontro com Fátima Bernardes*, o programa matutino *Bem Estar* aproveitou o dia 08 de março de 2019, também conhecido como Dia Internacional da Mulher, para discorrer sobre a violência contra a mulher, tendo como mote orientar o telespectador-cidadão-consumidor “como cada um de nós pode agir para acabar com a violência contra as mulheres” e assim convoca todos a “ajudar” e “denunciar” as violências. Ambos os programas reiteram o investimento numa educação e conscientização conformista presente na sociedade de controle.

No caso dos programas sensacionalistas vinculados à temática policial, apresentados por homens que se dizem polêmicos e de opinião forte, tem início no horário vespertino e adentram à noite, são destinados à família; aos *cidadãos de bem* e *trabalhadores* que assistem, comentam e assimilam jargões difundidos por seus apresentadores. A interação pode ser feita em tempo real via WhatsApp, Twitter, Instagram e Facebook. Entretanto, um programa pode querer ser popular, para ter um maior alcance, mas não quer o rótulo de sensacionalista ou de apelação barata, porém podem apresentar matérias grosseiras (Bucci, 2000).

Programas como Brasil Urgente, Rede Bandeirantes de Televisão e Cidade Alerta, RecordTV, se autodenominam condutores de funções públicas para promoção da justiça, da cidadania e dos cuidados com a população. Como fiscal das leis e protetor contra as injustiças estão de prontidão para denunciar as mazelas da sociedade, defender os valores e expor os problemas dos telespectadores-cidadãos. Julgam necessário educar os indivíduos, com o discurso do “direito à informação”, de ensiná-los a exercerem sua cidadania por meio da participação interativa, da vigilância, do controle e da denúncia como forma de garantir os seus direitos.

Assim como Luiz Bacci, apresentador do *Cidade Alerta*, cotidianamente o apresentador José Luiz Datena, defensor explícito da pena de morte e prisão perpétua no Brasil, grita, xinga e esbraveja contra “pedófilos”, “safados”, “estupradores”, “bandidos

perigosos”, “maníacos”, “tarados”, “monstros”, “canalhas” “maus policiais”, “maus políticos”, “maus pais”. Exalta todos que possam melhorar a sociedade, incluindo o juiz eletrônico: por ser ágil, certo, digno e rigoroso. Em frente às câmeras, com tom de indignação ambos apresentadores fazem enquetes ou sondagens relâmpagos questionando se um dia a pena de morte poderá ser legitimada, a redução da maioria penal, entre outros (Passetti, 2018).

Em nome da “segurança pública” e da “prestação de serviço” com o telespectador-cidadão-consumidor, nos últimos dois anos tais programas policiais investiram na publicização e visibilidade da violência contra a mulher e, principalmente, em matérias que abordam o feminicídio. Mulheres de boa índole, de conduta ilibada, trabalhadoras, estudantes, empresárias e donas de casa, são apresentadas para o público como vítimas de seus algozes – o que não deixa de ser real -, em seguida, o violentador ou assassino já é “julgado” na esfera midiática. Assim, o monstro deve ser severamente punido, de preferência “mais e melhor” (Passetti, 2018).

No entanto, se uma mulher violentada ou assassinada for descrita com um comportamento desviante, poderá ser “julgada” por não corresponder a uma conduta digna, já que o “juiz eletrônico” investe no discurso moralizador de comportamento como via de mão dupla.

A publicização e visibilidade midiática agora é outra em decorrência do acoplamento com a Internet. Assim, diversos programas televisivos jornalísticos ou de entretenimento tem tirando proveito e dividendos quando se referem à violência contra a mulher. A vida está exposta na sequência desses programas: a investigação policial, o tribunal e prestação de serviços. A ideia destes programas é cuidar da população, garantir a moralidade pública para a promoção do Estado.

Referências

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

BUCCI, E. Como a Violência na TV Alimenta a Violência Real da Polícia. Revista USP, São Paulo, n. 48, p.68-73. Dez./Fev. 2000-2001.

DELEUZE, G. Conversações. São Paulo, Ed.34, 2000.

ENZENSBERGER, H.M. Elementos para uma Teoria dos Meios de Comunicação. São Paulo, Conrad Adenauer Editora do Brasil, 2003.

FOUCAULT, M. Segurança, Território e População. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

_____. **O Nascimento da Biopolítica.** São Paulo, Martins Fontes, 2008.

PASSETTI, E. Mortos e Mortificações: da Política das Condutas à Atitude Vital. Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, n. 12, Abr. 2018.

_____. **Anarquismos e Sociedade de Controle.** São Paulo, Cortez, 2003.

SILVA, L.S. Política e Modulações do Entretenimento Televisivo: Mulheres e Denúncia. Tese de Doutorado. PEPG-Ciências Sociais, PUC-SP, 2011.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019